

O futuro do trabalho

PROJETO DE PESQUISA SISTEMATIZA OS PONTOS FAVORÁVEIS E DESFAVORÁVEIS DA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA COM O OBJETIVO DE INFORMAR UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO QUE PRIVILEGIE O CRESCIMENTO ARTICULADO ÀS POLÍTICAS SETORIAIS E SOCIAIS

Por Claudio Salvadori Dedecca

As transformações na economia brasileira na década de 1990 ampliaram a heterogeneidade do mercado brasileiro de trabalho, materializada no aumento da informalidade e na emergência de um desemprego ponderável. A definição de políticas públicas em favor do crescimento e do desenvolvimento do país para este século deverá equacionar os problemas colocados pela atual precariedade do mercado de trabalho, caracterizada especialmente por amplos contrastes regionais e setoriais e por um perfil de qualificação muito desfavorável.

Em um projeto de pesquisa dedicado a essa questão, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), nosso propósito foi mapear diversas dimensões da heterogeneidade de nosso mercado de trabalho visando subsidiar as políticas públicas, tanto de natureza econômica como também social. O estudo explorou 12 temas relativos ao crescimento populacional, à evolução da força de trabalho, às mudanças na composição setorial da estrutura ocupacional, à discriminação segundo sexo e cor, à evolução socioprofissional, à dinâmica da estrutura de renda, dentre outros.

A principal fonte de informação foram os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000. Mesmo considerando os vários anos transcorridos desde o último levantamento, é inegável que as principais tendências da estrutura ocupacional de

nosso mercado de trabalho podem ser devidamente apresentadas e analisadas com base nos resultados do principal e do mais abrangente levantamento sociodemográfico realizado no país.

Os resultados compilados pela pesquisa mostram que as perspectivas demográficas são favoráveis ao mercado de trabalho e à política social, seja em razão da tendência de crescimento mais lento da população economicamente ativa, próximo a 2% ao ano para as duas primeiras décadas do século, como igualmente em razão de que o país terá, até 2015, 1,5 pessoa ativa para cada pessoa inativa. Isto é, a disponibilidade da força de trabalho crescerá mais moderadamente, enquanto o potencial produtivo em termos demográficos será substantivo, apesar da tendência de envelhecimento da estrutura populacional.

Esses primeiros resultados apontam que taxas de crescimento econômico sustentado da ordem de 6 a 7% poderão produzir uma redução da precariedade da estrutura ocupacional e do desemprego, ao mesmo tempo em que serão suficientes para favorecer um movimento positivo da renda no mercado de trabalho e da produtividade.

Ao contrário do observado nas décadas de 1930 a 1970, quando taxas elevadas de crescimento do PIB eram ainda limitadas para equacionar os problemas de ocupação e renda gerados pelo processo de constituição e consolidação da economia industrial-urbana, nota-se, no presen-

TABELA - INDICADORES DE UM BRASIL DESIGUAL, 2000

População Economicamente Ativa	74,975
População Economicamente Ativa de cor/ raça negra	32,494
Produto Interno Bruto por Pessoas Economicamente Ativas (1980=100)	92
População Economicamente Ativa / População Inativa	1.5
Desemprego (Em mil pessoas)	11.846
Taxa de desemprego em cidades de grande porte	18%
Taxa de desemprego em cidades de médio porte	16%
Taxa de desemprego em cidades de pequeno porte	12%
Taxa de desemprego nas famílias 25% mais pobres	20%
Gênero	
População Ocupada Não Qualificada Feminina	66%
Desemprego feminino no desemprego total	52%
Cor/Raça	
Relação de rendimento com a população cor branca	48%
Desemprego cor/raça negra no desemprego total	16%

te, que o país encontra maior possibilidade de enfrentar tais desafios sociais com uma taxa de crescimento mais modesta. Contudo, ainda continua fundamental que políticas setoriais e sociais adequadas sejam conduzidas com o propósito de ampliar os efeitos do desempenho econômico em termos sociais.

De fato, a articulação entre crescimento e políticas setoriais e sociais será decisiva para equacionar as dimensões da heterogeneidade do nosso mercado de trabalho, constituída no período de industrialização e agravada nos anos de estagnação econômica das décadas de 1980 e 1990. Tal articulação deverá levar em conta a respeitável dimensão do

trabalho agrícola existente ainda hoje no país, da ordem de mais de 11 milhões de pessoas, que, na sua maioria, se inserem em atividades de baixa produtividade. Deverá enfrentar também o desafio de mudança da baixa qualificação da estrutura ocupacional – hoje da ordem de 60% população ocupada. Terá de enfrentar ainda a ampla desigualdade de ocupação e renda existente no interior do território nacional e entre estratos econômicos. Em 2000, 40% da população brasileira ocupada recebia, no máximo, 1,2 salário mínimo. Finalmente, será preciso enfrentar desafios quanto à discriminação de gênero e cor que amplificam a situação de desigualdade anteriormente mencionada. ✕

CLAUDIO SALVADORI DEDECCA, Professor do Instituto de Economia da Unicamp, claudio.dedecca@gmail.com